

Ilustração do demônio Buer por Louis Le Breton, gravada por M. Jarrault (*Dictionnaire Infernal*, 1863). Arte de domínio público. Composição visual remixada.

DOI: 10.53981/destrocos.v6i1.54911
DOSSIÊ LIMIARES DESTITUINTES: POLÍTICA, DIREITO, TEOLOGIA E LINGUAGEM

TRÊS DÉCADAS DE *HOMO SACER*: PODER, VIDA E A DESARTICULAÇÃO DOS FUNDAMENTOS NA FILOSOFIA DE GIORGIO AGAMBEN

Murilo Luiz Gentil de Oliveira
Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais; Centro de Educação ELO, Belo Horizonte, MG, Brasil

Resumo
O projeto *Homo Sacer* de Giorgio Agamben oferece uma análise interdisciplinar inovadora das relações entre política, direito, teologia e linguagem. O objetivo é revelar como essas esferas interagem e moldam a vida contemporânea, desafiando visões tradicionais de soberania e biopolítica. Agamben utiliza o conceito de "*homo sacer*", uma figura que simboliza a vida exposta à violência soberana sem proteção legal, para ilustrar a linha invisível de exclusão nas democracias modernas.
A metodologia de Agamben combina uma abordagem arqueológica e crítica das Ciências Humanas, revelando como o poder soberano entrelaça-se com tradições teológicas e culturais. Ele argumenta que a secularização não eliminou influências religiosas, mas as adaptou, mantendo estruturas de controle histórico. A linguagem jurídica é destacada como um mecanismo de poder que define fronteiras entre o protegido e o exposto. Os resultados mostram uma visão complexa do poder moderno como um campo de tensões an-árquicas, onde diferentes formas de controle se sobrepõem e interagem. A conclusão sugere que a obra de Agamben oferece uma nova perspectiva sobre a fragilidade da proteção jurídica e a persistência do estado de exceção, proporcionando uma compreensão mais rica e dinâmica das relações de poder na modernidade.

Palavras-chave
Teologia política, direito, soberania, história, poder.

THREE DECADES OF HOMO SACER: POWER, LIFE, AND THE DISARTICULATION OF FOUNDATIONS IN GIORGIO AGAMBEN'S PHILOSOPHY

Abstract
Giorgio Agamben's *Homo Sacer* project offers an innovative interdisciplinary analysis of the relationships between politics, law, theology, and language. The aim is to reveal how these spheres interact and shape contemporary life, challenging traditional views of sovereignty and biopolitics. Agamben uses the concept of "*homo sacer*", a figure symbolizing life exposed to sovereign violence without legal protection, to illustrate the invisible line of exclusion in modern democracies.
Agamben's methodology combines an archaeological and critical approach from the Humanities, revealing how sovereign power intertwines with theological and cultural traditions. He argues that secularization has not eliminated religious influences but adapted them, maintaining historical control structures. Legal language is highlighted as a mechanism of power that defines boundaries between the protected and the exposed. The results present a complex view of modern power as a field of an-archic tensions, where different forms of control overlap and interact. The conclusion suggests that Agamben's work provides a new perspective on the fragility of legal protection and the persistence of the state of exception, offering a richer and more dynamic understanding of power relations in modernity.

Keywords
Political theology, law, sovereignty, history, power.

Submetido em: 30/09/2024
Aceito em: 08/10/2024
Publicado em: 31/01/2025

Como citar: OLIVEIRA, Murilo Luiz Gentil de. Três décadas de *Homo Sacer*: poder, vida e a desarticulação dos fundamentos na filosofia de Giorgio Agamben. *(des)troços: revista de pensamento radical*, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. e54911, jan./jul. 2025.

Este trabalho está licenciado sob uma licença *Creative Commons Attribution 4.0*.

Introdução

O projeto *Homo Sacer* de Giorgio Agamben representa uma inovação fundamental na análise das relações entre política, direito, teologia e linguagem. Ao construir um quadro interdisciplinar, Agamben revela a complexidade das estruturas de poder que moldam a vida contemporânea, desafiando as visões tradicionais sobre soberania e biopolítica. No cerne dessa análise está o conceito de *homo sacer*, uma figura que simboliza a vulnerabilidade extrema à violência soberana e à exclusão jurídica. Esta figura, que vive à margem entre a lei e a ausência de lei, ilustra o ponto de interseção onde o poder político define a inclusão e a exclusão de vidas dentro da ordem jurídica. Além disso, Agamben explora a interdependência entre o direito e a soberania, argumentando que a autoridade moral e cultural (*auctoritas*) complementa e legitima o poder legal (*potestas*). Essa interação entre poder legal e autoridade moral revela a continuidade entre as tradições jurídicas e culturais, destacando como o direito moderno ainda é permeado por influências históricas e religiosas.

A teologia política também desempenha um papel crucial em sua obra, evidenciando como muitos conceitos políticos modernos são adaptações seculares de categorias teológicas. A secularização, longe de eliminar as influências religiosas, reconfigurou os mecanismos de controle e exclusão, perpetuando estruturas de poder que têm suas raízes na tradição teológica.

Por fim, a linguagem emerge como um elemento central na construção e manutenção do poder. Agamben argumenta que a linguagem jurídica não apenas descreve a realidade, mas também a cria, estabelecendo as fronteiras entre o protegido e o exposto. O conceito de "campo de tensões an-árquico" ilustra a fragmentação e a complexidade do poder na modernidade, desafiando a visão de uma soberania unificada e estável e revelando uma rede de forças que interagem e sobrepõem-se.

Assim, a obra de Agamben convida a uma reavaliação das categorias tradicionais da análise política e histórica, oferecendo uma perspectiva crítica sobre como o poder é exercido e percebido na sociedade contemporânea.

1. O entrelaçamento de política, linguagem, teologia e direito no projeto "*Homo Sacer*" de Giorgio Agamben

A inovação central do projeto *Homo Sacer* de Giorgio Agamben reside em seu tratamento interdisciplinar, tecendo uma complexa teia entre política, teologia, linguagem e direito. A partir de uma análise que cruza essas áreas, ele reconstrói os fundamentos do poder soberano e suas implicações na vida contemporânea, especialmente no que diz respeito à biopolítica.

No cerne de sua análise política está o conceito de *homo sacer*, figura que representa a vida exposta à violência soberana sem a proteção do direito. O *homo sacer* é aquele que pode ser morto impunemente, mas não pode ser sacrificado, habitando um limiar entre a lei e a ausência de lei. Ele é a "vida nua" (*bare life*), ou seja, a existência humana reduzida a um estado de pura exposição à violência, sem os direitos e garantias conferidos pela cidadania. Para Agamben, essa vida nua é o ponto de intersecção da

soberania, onde o poder político define quem é incluído ou excluído da ordem jurídica. Mesmo nas democracias modernas, Agamben argumenta que há uma linha invisível de exclusão biopolítica que determina quais vidas são reconhecidas como dignas de proteção e quais são abandonadas à precariedade.

Além disso, Agamben argumenta que o estado de exceção, uma vez visto como uma resposta a crises extraordinárias, passou a constituir uma estrutura permanente do poder soberano. Esse mecanismo de suspensão das leis normativas permite que o governo atue fora do direito, administrando diretamente a vida biológica dos cidadãos. Essa transformação institucionalizou a exclusão, ampliando o alcance da biopolítica e evidenciando como o "*homo sacer*" manifesta-se de forma recorrente nos regimes contemporâneos.

A genealogia da soberania desenvolvida por Agamben explora as raízes do conceito, começando com o direito romano, onde o *homo sacer* foi concebido, até as formulações modernas do poder soberano. Ele revisita a tese de Carl Schmitt, para quem o soberano é aquele que decide sobre o estado de exceção, sublinhando a conexão íntima entre o poder de decisão e a exclusão da vida da ordem jurídica. Essa perspectiva mostra que a soberania sempre operou pela delimitação de vidas dignas de proteção e aquelas que podem ser descartadas.

A teologia política é outro eixo central da análise de Agamben, que examina as raízes teológicas do poder soberano. Ele argumenta que a economia divina no cristianismo primitivo forneceu um modelo para a governança política moderna, onde a administração da vida biológica é comparada à administração divina dos assuntos humanos. Essa economia da vida, tanto no plano político quanto no teológico, reflete o controle soberano sobre o corpo e a existência humana.

A crítica de Agamben não se limita aos regimes autoritários, pois ele também desmascara as democracias modernas, que supostamente garantem liberdade e direitos. No entanto, por trás dessa fachada, opera uma biopolítica que continua a expor certas populações à precariedade e à morte impune. Assim, mesmo as democracias mais avançadas mantêm práticas de exclusão e violência soberana sobre os corpos marginalizados.

2. O direito e a soberania

No domínio do direito, Agamben desafia as distinções tradicionais entre *potestas* (poder legal) e *auctoritas* (autoridade moral ou religiosa). Ele mostra como essas noções operam em conjunto para sustentar a soberania. Enquanto *potestas* regula a ordem jurídica, estabelecendo a força coercitiva do Estado, *auctoritas* confere legitimidade ao poder, frequentemente derivada de tradições culturais e religiosas. É essa autoridade moral que legitima o exercício da força, criando um vínculo entre o direito e as práticas culturais. Para Agamben, a soberania não se manifesta apenas através da violência explícita, mas também pela manutenção de uma ordem simbólica que sustenta a hierarquia social e política.

O autor em estudo amplia essa análise ao observar que a relação entre *potestas* e *auctoritas* tem suas raízes na tradição romana, onde o poder soberano consolidava-se ao mesmo tempo em que mantinha um distanciamento da vida comum, impondo-se como uma força transcendente e inquestionável. Ele explora como essa combinação de poder

formal e legitimidade moral continua a influenciar o modo como as democracias modernas operam, especialmente nos momentos de exceção, em que a autoridade moral legitima o exercício de força fora dos limites do direito.

Além disso, ele identifica na articulação entre *potestas* e *auctoritas* uma estrutura de poder que transcende o direito positivo, permitindo ao soberano agir fora da lei enquanto mantém uma aparência de legitimidade. Esse vínculo, enraizado em tradições culturais e religiosas, não só possibilita a exclusão de determinadas vidas da esfera jurídica, mas também perpetua a distinção entre aqueles que pertencem ao corpo político e aqueles que são excluídos como *homo sacer*, abandonados à violência sem a proteção da lei.

Essa interação entre *potestas* e *auctoritas* não é apenas uma questão histórica ou teórica. Agamben argumenta que ela continua a informar as práticas políticas contemporâneas, especialmente em contextos onde o poder estatal cruza com tradições religiosas ou morais. O Estado moderno, ao incorporar estruturas de autoridade herdadas do passado, mantém uma continuidade entre o direito e as formas de controle que transcendem a esfera puramente legal, infiltrando-se na própria cultura.

Agamben também sugere que a presença de *auctoritas* é um elemento essencial para a manutenção do estado de exceção. Em situações de crise, o poder soberano apoia-se na autoridade moral ou religiosa para legitimar a suspensão das leis, gerando uma zona de indistinção entre legalidade e ilegalidade. Isso reforça a ideia de que o estado de exceção, longe de ser um evento extraordinário, tornou-se uma característica regular dos regimes contemporâneos, onde a soberania se manifesta através da suspensão do direito e *auctoritas* atua como seu fundamento.

3. A teologia política

A teologia desempenha um papel crucial na obra de Agamben, especialmente na forma como ele problematiza a secularização da política. Para ele, muitos dos conceitos centrais do pensamento político moderno são, na verdade, adaptações seculares de categorias teológicas. O poder soberano moderno, por exemplo, seria uma transposição da soberania divina, e a ideia de salvação, que antes orientava a vida religiosa, agora desloca-se para o campo político, onde se espera que o Estado salve a sociedade de ameaças internas e externas.

Agamben argumenta que a política moderna, mesmo após o processo de secularização, manteve estruturas e conceitos que originalmente pertenciam ao domínio teológico. Em sua obra, ele identifica como o poder soberano moderno baseia-se na mesma lógica da soberania divina, na qual o soberano tem a capacidade de criar e suspender a ordem conforme sua vontade. Essa transposição implica que o poder político assume o papel de redentor e mantenedor da ordem social, prometendo proteção e segurança, tal como a divindade prometia salvação e redenção no contexto religioso.

Essa teologia política sugere que, longe de afastar-se de suas raízes religiosas, o poder moderno continua a operar por meio de estruturas de controle herdadas das tradições religiosas. O discurso da segurança, o estado de exceção e até mesmo a noção de direitos humanos podem ser compreendidos como variações seculares de uma narrativa teológica que busca a redenção através do poder soberano. Para Agamben, o

Estado, assim como as religiões do passado, apresenta-se como o salvador da vida, mas ao fazê-lo, também controla e regula quais vidas merecem proteção.

Um exemplo dessa continuidade é a forma como Agamben traça um paralelo entre o estado de exceção moderno e o milagre teológico. No milagre, a divindade suspende a ordem natural para instaurar uma nova realidade ou resolver uma crise. Da mesma maneira, no estado de exceção, o soberano suspende a ordem legal para enfrentar uma situação de crise, instaurando uma nova normalidade fora das regras ordinárias do direito. Essa comparação revela que, apesar da aparente secularização, a política moderna ainda opera com base em dispositivos de controle profundamente enraizados na lógica religiosa.

Além disso, Agamben critica a ideia de que os direitos humanos representam um avanço puramente secular. Ele sugere que a noção de "direitos" pode ser vista como uma herança do pensamento teológico cristão, onde a dignidade humana estava diretamente ligada à criação divina. A promessa de proteção e reconhecimento que os direitos humanos oferecem, segundo ele, carrega a mesma estrutura de promessas teológicas de salvação, só que agora no campo político. No entanto, assim como no âmbito religioso, essa promessa muitas vezes exclui ou abandona certas vidas à margem da proteção jurídica.

Agamben, portanto, desafia a visão moderna de que houve uma ruptura clara entre política e teologia. Ele sugere que a política contemporânea, especialmente em suas formas biopolíticas e de controle da vida, continua a operar com os mesmos dispositivos teológicos que outrora regulavam a relação entre os seres humanos e o divino. A secularização, em sua leitura, não eliminou as estruturas teológicas, mas as transformou, adaptando-as ao campo do poder soberano.

4. Linguagem e poder

No pensamento agambeniano, a linguagem ocupa um papel central na construção e manutenção do poder. Mais do que um simples meio de comunicação, ela funciona como um mecanismo de produção de categorias sociais e jurídicas, determinando quem está dentro ou fora da proteção legal. A palavra é um instrumento de controle, definindo a realidade e estabelecendo fronteiras entre o cidadão e o *homo sacer*.

Agamben argumenta que a linguagem é um dos principais dispositivos biopolíticos de poder, indo além de uma função descritiva para efetivamente criar o mundo ao seu redor. Ao nomear e categorizar, a linguagem confere ou retira status a determinadas vidas. Quando, por exemplo, a linguagem jurídica designa alguém como *homo sacer*, não está apenas descrevendo uma condição preexistente, mas sim instituindo uma nova realidade. Aquele que é excluído da proteção jurídica fica exposto à violência sem a possibilidade de justiça ou redenção. Essa separação entre a vida protegida e a vida exposta resulta, em grande parte, de uma construção linguística que reflete o poder soberano de incluir ou excluir.

Além disso, Agamben sugere que a linguagem jurídica é performativa: suas declarações não apenas descrevem o mundo, mas o criam. Ao nomear alguém como "culpado", "inimigo do Estado" ou *homo sacer*, não se está apenas reconhecendo uma exclusão, mas instaurando-a. A linguagem jurídica, portanto, opera como um mecanismo

fundamental de controle, definindo quem pertence ao corpo político e quem permanece vulnerável à força do Estado.

Ele vai além, ao afirmar que a própria estrutura da linguagem está intimamente ligada ao poder soberano. A criação de fronteiras linguísticas — entre "nós" e "eles", cidadãos e não cidadãos — reflete os mecanismos de inclusão e exclusão que sustentam o Estado. A linguagem, assim, nunca é neutra; ela é sempre um instrumento de poder que regula a ordem social e determina quem pode ser incluído.

A linguagem também desempenha um papel crucial na manutenção do estado de exceção. Para Agamben, o estado de exceção é um fenômeno em que a norma jurídica é suspensa sob o pretexto de preservar a ordem. Através da linguagem, o Estado constrói uma narrativa que legitima essa suspensão, na qual o poder soberano reivindica a autoridade de agir fora da lei em nome da segurança nacional. Assim, a linguagem estatal cria uma justificativa que permite a exclusão de certas vidas da esfera de proteção legal.

Por fim, Agamben sugere que a linguagem desempenha um papel ativo na criação do *homo sacer*. Ao nomear alguém como tal, o soberano coloca essa pessoa numa "zona de indistinção" entre a vida política e a vida biológica, onde não há mais uma linha clara entre a aplicação ou suspensão da lei. Essa "vida nua", desprovida de direitos é uma categoria criada e perpetuada pela linguagem, que define os limites do direito e do não-direito. Para Agamben, a soberania sustenta-se na linguagem, que não é apenas uma ferramenta de dominação, mas o próprio meio pelo qual o poder se perpetua.

5. O entrelaçamento das esferas

O cruzamento entre política, direito, teologia e linguagem revela uma visão profunda sobre a forma como o poder é exercido na modernidade. Agamben desmistifica as noções de soberania, expondo a interdependência dessas esferas e demonstrando como elas sustentam o controle sobre as vidas humanas. Por meio do seu projeto *Homo Sacer*, ele convida-nos a repensar as fronteiras entre lei, autoridade e vida, revelando tanto a fragilidade da proteção jurídica quanto a onipresença do estado de exceção.

Embora a modernidade seja marcada pela aparente separação entre religião e política, Agamben argumenta que as bases teológicas da soberania continuam a operar nas formas contemporâneas de poder. Mesmo em sociedades secularizadas, vestígios de uma lógica teológica persistem, moldando a maneira como o Estado e seus cidadãos interagem. Essa interdependência sugere que a soberania não pode ser totalmente compreendida sem levar em conta suas raízes religiosas, que continuam a influenciar as práticas políticas.

A vida humana, por fim, permanece exposta ao controle soberano, seja pela violência explícita ou pela linguagem que define os limites da inclusão e exclusão. O *homo sacer*, figura central em sua obra, simboliza a condição da vida nua — desprovida de proteção e vulnerável à arbitrariedade do poder. Essa condição reflete a relevância contínua das categorias teológicas na formação das práticas jurídicas e políticas, onde o direito não apenas regula, mas também ajuda a definir o que constitui uma vida digna de proteção.

Agamben propõe que o estado de exceção, longe de ser uma anomalia, é uma característica fundamental da política contemporânea. Ele sugere que essa suspensão da ordem legal tornou-se uma ferramenta regular de governança, através da qual a lógica

do controle soberano permeia todas as esferas da vida social. Essa abordagem leva-nos a questionar as narrativas que sustentam a ideia de uma modernidade progressista e emancipatória, revelando que, sob a aparência de ordem e segurança, muitas vidas permanecem em constante estado de vulnerabilidade.

Assim, o entrelaçamento das esferas de política, direito, teologia e linguagem não apenas ilumina a complexidade do poder moderno, mas também aponta para a necessidade de uma crítica mais incisiva das estruturas que sustentam essa interdependência. A obra de Agamben desafia-nos a reconsiderar as noções de soberania e vida, sugerindo que a luta pela proteção e dignidade humanas deve levar em conta as interseções dessas diferentes esferas de poder que moldam nossas realidades contemporâneas.

6. Arqueologia filosófica e a crítica às ciências humanas

Em *Signatura Rerum*, Giorgio Agamben desenvolve uma metodologia inovadora que propõe uma abordagem arqueológica da história, criticando as limitações das Ciências Humanas tradicionais. Influenciado por Michel Foucault e Walter Benjamin, ele apresenta uma visão que vai além da simples reconstrução do passado, centrando-se no conceito de "assinatura" como uma chave para entender como as relações de poder e significado atravessam o tempo.

Agamben argumenta que as Ciências Humanas frequentemente concentram-se em narrativas lineares e teleológicas, o que resulta na perda da complexidade das interações históricas e sociais. Sua abordagem arqueológica propõe investigar as camadas de significado e poder acumuladas ao longo da história, revelando como as estruturas sociais e políticas entrelaçam-se com práticas culturais e discursos. O conceito de "assinatura" é fundamental nesse processo, representando a forma única pela qual cada fenômeno é marcado por suas relações de poder e por seu contexto histórico específico.

Essa perspectiva crítica também desafia a noção de que a história pode ser compreendida de maneira objetiva e neutra. Para Agamben, a história é sempre mediada pela linguagem e pelos sistemas de significação que a moldam. Ao investigar as "assinaturas" que emergem dos eventos históricos, ele destaca a importância de considerar os dispositivos de poder que influenciam a produção do conhecimento. Sua abordagem não apenas ilumina as relações de poder no passado, mas também leva-nos a refletir sobre como essas dinâmicas continuam a moldar as realidades contemporâneas. Além disso, a crítica de Agamben às Ciências Humanas abrange a forma como elas frequentemente negligenciam as vozes marginalizadas e as experiências dos excluídos. A arqueologia filosófica, tal como ele propõe, busca dar visibilidade a essas vozes e realidades que permanecem silenciadas nas narrativas dominantes. Isso leva a uma reavaliação das categorias e conceitos usados para compreender a sociedade, sugerindo uma análise que reconheça a complexidade das relações humanas e questione a hierarquia de saber que muitas vezes as acompanha.

Em suma, a abordagem arqueológica de Agamben em *Signatura Rerum* não só enriquece o campo das Ciências Humanas, como também nos convida a reconsiderar a forma como as narrativas históricas são construídas e o papel que desempenham na perpetuação das relações de poder. Sua obra desafia-nos a adotar uma postura crítica

em relação às tradições de conhecimento em busca de uma compreensão mais inclusiva e plural das experiências humanas ao longo da história.

7. A metodologia arqueológica

A metodologia arqueológica de Agamben distingue-se radicalmente da historiografia convencional, que tende a seguir uma narrativa cronológica e linear. Em vez de tratar a história como uma sequência de eventos sucessivos, Agamben enxerga o presente como um campo permeado por fragmentos do passado que continuam a exercer influência. Sua proposta não é apenas descobrir o que ocorreu, mas examinar as condições e os contextos que permitiram esses eventos, revelando as relações de poder que os sustentam. Assim, ele desafia a noção de uma história linear e progressiva, oferecendo uma visão onde o passado e o presente entrelaçam-se em um campo dinâmico de tensões temporais.

Agamben propõe que o presente é moldado continuamente por vestígios de épocas anteriores, que permanecem ativos e influentes, questionando a ideia de uma evolução histórica previsível. A arqueologia, nesse sentido, investiga não apenas os fatos, mas as estruturas que possibilitaram a formação desses fatos. Para ele, o passado não é algo que simplesmente antecede o presente; ele se manifesta e reconfigura constantemente o agora.

Outro ponto crucial de sua metodologia é a ênfase na "gestão da memória". Ele argumenta que a maneira como o passado é lembrado e representado impacta diretamente as práticas sociais e políticas contemporâneas. A memória não é uma simples recordação, mas um elemento ativo na formação de identidades e na perpetuação de relações de poder. Isso revela-nos que o controle sobre a narrativa histórica — privilegiando certos relatos e silenciando outros — é, em si, uma forma de exercício de poder.

Além disso, Agamben chama atenção para a necessidade de uma crítica contínua das categorias e conceitos que usamos para entender o passado. Ele desconstrói as narrativas históricas rígidas, recusando-se a aceitar distinções estanques entre períodos e tradições. Essa crítica não apenas enriquece a compreensão da história, mas também desafia a formação de identidades fixas, propondo uma visão mais fluida e complexa das relações sociais e históricas.

Em síntese, a metodologia arqueológica de Agamben oferece uma nova perspectiva para a análise da história, que vai além da cronologia e explora as interconexões entre passado e presente. Essa abordagem desafia-nos a reavaliar nossas concepções de tempo, memória e poder, enfatizando a importância de uma crítica que valorize a multiplicidade de vozes e experiências que constituem a história humana.

8. Crítica às ciências humanas

A crítica de Agamben às Ciências Humanas centra-se na sua dependência de uma ontologia tradicional, que, segundo ele, impõe limites à investigação crítica e à compreensão profunda da realidade social e política. Ele argumenta que a obsessão por

fundamentos sólidos e categorias ontológicas estáveis restringe a capacidade de explorar a complexidade dos fenômenos humanos. Essa crítica se estende ao modo como as Ciências Humanas frequentemente baseiam-se em narrativas lineares e hierárquicas, que não conseguem captar a interconexão e a fluidez das experiências humanas.

Para o pensador em questão, as Ciências Humanas tendem a aprisionar o pensamento em categorias rígidas e cronológicas, limitando a análise das dinâmicas de poder e significado. Sua proposta de arqueologia filosófica visa desarticular essas categorias fixas, permitindo uma leitura mais fluida e criativa da história e das relações de poder. Em vez de aceitar a narrativa histórica como dada, Agamben busca revelar as tensões e contradições subjacentes que moldam a realidade social.

Essa crítica é especialmente relevante no contexto contemporâneo, onde as Ciências Humanas veem-se desafiadas por novas formas de conhecimento e abordagens interdisciplinares. Agamben propõe que a reflexão crítica deve transcender as limitações impostas por estruturas disciplinares tradicionais, incentivando uma abordagem que acolha a complexidade e a multiplicidade das vozes e experiências humanas. Além disso, ele sugere que a busca por categorias universais muitas vezes ignora as especificidades culturais e históricas que informam as práticas sociais. Essa tendência à generalização pode levar à exclusão de experiências marginalizadas, perpetuando desigualdades e silenciando vozes importantes. Agamben, portanto, defende uma reavaliação das metodologias utilizadas nas Ciências Humanas, promovendo uma crítica que reconheça as interações entre poder, linguagem e identidade.

Em suma, a crítica de Agamben às Ciências Humanas é um convite a repensar as bases do conhecimento e a adotar uma postura mais flexível e inclusiva na análise da realidade social. Sua abordagem arqueológica incentiva-nos a explorar as relações complexas que moldam nossas vidas, desafiando as narrativas dominantes e as categorias fixas que frequentemente limitam nossa compreensão do mundo.

9. O conceito de "assinatura"

O conceito de "assinatura" é central na abordagem de Agamben e oferece uma maneira inovadora de compreender as conexões entre diferentes momentos históricos. Para ele, uma assinatura é um traço ou marca que atravessa o tempo, conectando e transportando significados e relações de poder de uma época para outra. Esse conceito permite uma análise da história que revela as continuidades e descontinuidades entre diferentes períodos.

A assinatura não é simplesmente um vestígio do passado, mas sim um meio pelo qual as estruturas de poder e as formas de significado são perpetuadas e transformadas. Ao focar nas assinaturas, Agamben desvenda as relações de poder e as tensões que atravessam o tempo, oferecendo uma perspectiva que desafia explicações simplistas e lineares da história. Essa abordagem destaca como elementos culturais e políticos são reconfigurados em novos contextos, permitindo uma compreensão mais rica e dinâmica da mudança histórica.

Além disso, a ideia de "assinatura" sugere que o passado não está encerrado; ele continua a ressoar no presente, influenciando práticas e discursos atuais. Agamben utiliza esse conceito para examinar como narrativas e significados são constantemente reescritos e reinterpretados, moldando a identidade coletiva e a memória cultural. Ao

abordar a história como um campo de assinaturas interligadas, ele convida-nos a refletir sobre como essas marcas moldam nossas percepções e experiências contemporâneas.

Essa perspectiva implica uma crítica ao modo como a história é frequentemente reduzida a eventos isolados, ignorando as interações complexas entre diferentes períodos e contextos. As assinaturas, portanto, oferecem um modelo de análise que revela as camadas de significado acumuladas ao longo do tempo, desafiando a visão tradicional de uma história linear e progressiva.

Em suma, o conceito de "assinatura" na obra de Agamben enriquece nossa compreensão das relações de poder e significado ao longo da história, ressaltando a interconexão entre passado e presente. Essa abordagem incentiva-nos a explorar as dinâmicas de transformação cultural e política, oferecendo uma nova lente para analisar as narrativas que definem nossas vidas.

10. Implicações da arqueologia filosófica

A abordagem arqueológica de Agamben permite uma compreensão mais dinâmica e complexa da história e da realidade social. Ao destacar como o presente é moldado por forças e significados que vêm do passado, ele oferece uma nova forma de pensar sobre a influência histórica e as relações de poder. A arqueologia filosófica torna-se, assim, uma ferramenta poderosa para desenterrar as camadas profundas da realidade social, revelando as forças subjacentes que sustentam e desafiam as categorias tradicionais da análise histórica e social.

Essa metodologia propõe uma reavaliação das narrativas dominantes, incentivando uma crítica que não apenas analisa o que foi, mas também questiona como essas narrativas moldam a percepção contemporânea. Agamben convida-nos a explorar as intersecções entre as várias dimensões do saber, permitindo que a análise histórica se torne um espaço de resistência contra as formas de dominação que frequentemente operam invisivelmente.

Além disso, a arqueologia filosófica de Agamben implica um desafio à forma como os indivíduos se veem em relação à história. Ele sugere que a compreensão das assinaturas que atravessam o tempo pode proporcionar uma nova perspectiva sobre a identidade e a agência humana. Em vez de serem meros produtos de contextos históricos específicos, os indivíduos podem ser vistos como portadores de significados e relações de poder que estão constantemente em reconfiguração.

Em suma, a crítica de Agamben às Ciências Humanas e sua proposta de arqueologia filosófica representam uma transformação significativa na maneira como abordamos a história e a política. Ao focar nas assinaturas e na interseção entre diferentes camadas temporais, Agamben oferece uma nova forma de entender a dinâmica do poder e do significado, abrindo espaço para uma análise mais rica e crítica das complexidades da experiência humana. Essa abordagem não apenas redefine as relações entre passado e presente, mas também reitera a importância da memória e da crítica social como instrumentos fundamentais para a construção de um futuro mais justo e consciente.

11. o campo de tensões an-árquico

Uma das ideias centrais no pensamento de Giorgio Agamben é o conceito de "campo de tensões an-árquico", que desafia a visão convencional de que a política e a história devem ser analisadas a partir de fundamentos estáveis e unificados. O pensador propõe uma abordagem que revela como o poder soberano, longe de apresentar-se como um princípio coeso e centralizado, é na verdade, composto por uma multiplicidade de forças que se entrecruzam e sobrepõem-se, sem uma origem ou autoridade única.

Esse conceito destaca a fragmentação do poder e as complexas relações que o sustentam, sugerindo que a soberania não é uma entidade monolítica, mas um espaço onde tensões e conflitos estão em constante fluxo. O "campo de tensões an-árquico" implica uma dinâmica em que diferentes interesses, práticas e formas de resistência coexistem e confrontam-se, criando um cenário político em que o controle não é absoluto, mas permeável e contestável.

Ao enfatizar essa multiplicidade, Agamben também aponta para as possibilidades de resistência e subversão que emergem nesse campo. A anarquia, nesse sentido, não é entendida como uma ausência de ordem, mas como um espaço de liberdade onde as estruturas de poder podem ser desafiadas e reconfiguradas. Essa visão abre novas perspectivas para a ação política, sugerindo que transformações sociais podem ocorrer em momentos de tensão e conflito, quando as forças em disputa articulam-se de maneiras inesperadas.

Além disso, o campo de tensões an-árquico enfatiza a importância da linguagem e da cultura na formação das relações de poder. As narrativas e significados que circulam nesse espaço influenciam não apenas como o poder é exercido, mas também como é percebido e contestado. A análise das interações dentro desse campo permite uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais e políticas contemporâneas, revelando as camadas de complexidade que muitas vezes são ignoradas por análises simplificadas.

Em suma, o conceito de "campo de tensões an-árquico" de Agamben oferece uma nova maneira de pensar sobre política e história, revelando a complexidade e a fluidez das relações de poder. Essa abordagem desafia narrativas tradicionais e incentiva uma análise crítica que considera a multiplicidade de vozes e experiências que compõem o tecido social.

12. O poder soberano e a anarquia

No conceito de campo de tensões an-árquico, Agamben descreve a política moderna como marcada pela sobreposição de diversas formas de poder que vão além das estruturas estatais tradicionais. Em vez de existir uma única fonte de autoridade soberana, o poder é fragmentado e disperso, manifestando-se por meio de mecanismos que operam simultaneamente. Esses mecanismos incluem não apenas o poder soberano convencional, mas também formas de controle biopolítico e tecnológico que regulam a vida humana de maneiras que superam a soberania legal.

O "estado de exceção", um conceito central na obra de Agamben, exemplifica essa anarquia do poder. Ocorre quando normas jurídicas são suspensas temporariamente em

nome da segurança ou da emergência, revelando uma forma de controle que opera fora das estruturas legais convencionais. Essa suspensão não é meramente um desvio temporário. Ela reflete a operação contínua do poder soberano em um estado de fluidez e desarticulação. A prática do estado de exceção mostra como a soberania moderna mantém-se ativa, mesmo quando não formalmente estabelecida por lei, subvertendo as categorias tradicionais de direito e ordem.

Agamben argumenta que essa dinâmica expõe a fragilidade das normas jurídicas, pois a lógica da exceção pode ser ativada a qualquer momento para justificar a suspensão de direitos e garantias. Assim, a anarquia do poder soberano não indica ausência de ordem, mas a coexistência de múltiplas ordens que competem entre si, refletindo uma política caracterizada por tensão e ambivalência.

Além disso, a dispersão do poder em forma de estado de exceção desafia a noção de cidadania, uma vez que indivíduos podem ser excluídos do reconhecimento legal a qualquer momento. A figura do *homo sacer* exemplifica essa condição: um ser que vive à sombra da exclusão, vulnerável à violência e desprovido das proteções do estado de direito. Isso leva-nos a considerar as implicações éticas e políticas da anarquia do poder soberano, enfatizando a necessidade de um engajamento crítico com as estruturas que governam nossas vidas.

Em suma, a análise de Agamben sobre o poder soberano e a anarquia oferece uma nova perspectiva sobre as dinâmicas políticas contemporâneas, revelando a complexidade e a instabilidade das relações de poder. Essa abordagem convida à reflexão sobre como práticas de controle manifestam-se em um mundo onde as fronteiras entre o legal e o ilegal, o permitido e o proibido, estão em constante negociação.

13. O campo de tensões na teologia política

O conceito de "campo de tensões an-árquico" também se revela na esfera da teologia política, onde Giorgio Agamben argumenta que as tradições religiosas não foram totalmente suprimidas pela secularização, mas sim reconfiguradas e incorporadas nas estruturas de poder moderno. A secularização, longe de eliminar as influências teológicas, apenas transformou os mecanismos de controle e exclusão, mantendo elementos subjacentes que informam a lógica do poder contemporâneo.

Assim, o poder moderno carrega em si vestígios da teologia política antiga, mostrando que a secularização não conseguiu desvincular a política de suas raízes religiosas. Os mecanismos de controle que caracterizavam a teologia divina foram adaptados, permanecendo operantes sob formas seculares e institucionalizadas. Essa continuidade revela uma dinâmica de poder que se perpetua e transforma-se, mantendo práticas de controle e exclusão originadas em tradições religiosas.

Agamben também sugere que essa interseção entre teologia e política é visível nas narrativas de salvação contemporâneas, onde o Estado é visto como um salvador, que deve proteger a sociedade de ameaças e resgatando-a de crises. Essa figura do Estado salvador assemelha-se à noção de intervenção divina, evidenciando como a lógica teológica ainda permeia a esfera política. Além disso, a prática do estado de exceção como forma de governança reflete dispositivos teológicos de controle, revelando uma continuidade na maneira como o poder é legitimado e exercido.

Dessa forma, o campo de tensões an-árquico na teologia política desafia a separação entre o sagrado e o secular, expondo como as estruturas de poder beneficiam-se de uma herança teológica que perpetua relações de dominação e exclusão. A análise de Agamben convida à reflexão crítica sobre a relação entre as esferas religiosa e política e sobre como essa intersecção molda a experiência humana na contemporaneidade, instigando um exame mais profundo das narrativas de poder que definem nossas sociedades.

14. Implicações do campo de tensões an-árquico

A análise de Agamben sobre o campo de tensões an-árquico oferece uma nova perspectiva crítica sobre o funcionamento do poder na modernidade. Ao desestabilizar a noção de uma autoridade soberana unificada e estável, ele expõe a multiplicidade e a fragmentação das forças que moldam a política e a sociedade contemporâneas. Esse campo revela que o poder não é fixo ou facilmente categorizável, mas sim uma rede complexa e dinâmica de interações.

O conceito de campo de tensões an-árquico leva-nos a reavaliar as categorias tradicionais de análise política e histórica. Em vez de encarar o poder como algo claramente delimitado e hierárquico, Agamben convida-nos a considerar a fluidez e a multiplicidade das forças que operam na sociedade. Essa abordagem fundamenta uma análise mais aprofundada das formas contemporâneas de controle e exclusão, evidenciando como a política moderna é caracterizada por uma incessante dinâmica de tensões e transformações.

As implicações desse campo estendem-se a questões práticas, como a formulação e implementação de políticas públicas. Reconhecendo a complexidade do poder, os formuladores podem desenvolver abordagens mais inclusivas e adaptativas que considerem as diversas camadas de significados e os conflitos que permeiam a sociedade.

Assim, a visão de Agamben sobre o campo de tensões an-árquico não apenas critica abordagens tradicionais, mas também oferece uma ferramenta teórica para compreender a continuidade e a complexidade do poder nas sociedades modernas. Ela desafia concepções estáticas de soberania e convida-nos a analisar as formas diversificadas e entrelaçadas de poder que permeiam o mundo contemporâneo, permitindo uma leitura crítica e nuançada das dinâmicas sociais e políticas em jogo.

Conclusão

O projeto *Homo Sacer* do pensador Giorgio Agamben oferece uma visão revolucionária sobre as interconexões entre política, direito, teologia e linguagem, desafiando as abordagens tradicionais da análise de poder e soberania. Ao explorar a figura do *homo sacer*, Agamben ilumina a precariedade da vida nua exposta à violência soberana, revelando a invisível linha de exclusão que persiste até mesmo nas democracias modernas. Essa abordagem demonstra que a soberania não é uma entidade

fixa e centralizada, mas sim um campo dinâmico e fragmentado de forças, evidenciando a continuidade entre o direito e as práticas culturais e religiosas.

O conceito de campo de tensões an-árquico destaca a complexidade do poder na modernidade, onde formas de controle biopolítico e tecnológico entrelaçam-se com estruturas estatais tradicionais. A secularização, longe de romper com as tradições teológicas, adaptou-as e incorporou-as, revelando que as bases religiosas da soberania ainda permeiam as formas contemporâneas de poder.

Além disso, a análise de Agamben sobre a linguagem jurídica como um mecanismo de controle sublinha a conexão intrínseca entre a construção do poder e a forma como a realidade é nomeada e definida. Ao desestabilizar a ideia de uma soberania coesa e unificada, Agamben oferece-nos uma ferramenta crítica para entender a fluidez e a multiplicidade das forças que moldam a política e a sociedade contemporânea.

Em suma, a obra de Agamben convida-nos a repensar as fronteiras entre direito, teologia e poder, revelando a fragilidade da proteção jurídica e a persistência do estado de exceção. Seu projeto proporciona uma nova perspectiva para compreender a dinâmica do poder, desafiando concepções estáticas e oferecendo uma análise mais rica e complexa das relações de poder na modernidade. Ao explorar o entrelaçamento dessas esferas, Giorgio Agamben contribui para uma compreensão mais profunda das formas de controle e exclusão que continuam a definir a experiência humana no mundo contemporâneo, incentivando assim uma reflexão crítica sobre as práticas que moldam não somente o nosso presente, mas também o nosso futuro.

Referências

AGAMBEN, Giorgio; POLETI, Iraci D. *Estado de exceção*: homo sacer, II, 1. São Paulo: Boitempo, 2004. 142p. (Coleção estado de sítio).

AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer*: o poder soberano e a vida nua. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2010. nv. (Humanitas).

AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz*: homo sacer III : o arquivo e a testemunha. São Paulo: Boitempo, 2010. 175p. (Coleção Estado de sítio).

AGAMBEN, Giorgio. *O reino e a glória*: uma genealogia teológica da economia e do governo: homo sacer, II, 2. São Paulo: Boitempo, 2011. 326p. (Estado de sítio).

AGAMBEN, Giorgio. *O tempo que resta*. São Paulo: Autêntica. 2016 1 recurso online

BENJAMIN, Walter. *Illuminations*: essays and reflections. Schocken Books, 1969.

BUTLER, Judith. *Notes Toward a Performative Theory of Assembly*. Berkeley: Harvard University Press, 2015.

CASTRO, Edgardo. *Introdução a Giorgio Agamben*: uma arqueologia da potência. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2012. E-book. (Filô Agamben).

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1988. 142p.

DERRIDA, Jacques. *Specters of Marx*: the State of the debt, the work of mourning, and the new international. Routledge, 1994.

ESPOSITO, Roberto. *Bios*: biopolítica e filosofia. Lisboa: 70, 2010. 272p, [3]. (Biblioteca de Filosofia Contemporânea).

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014. 254 p. (Coleção Campo Téorico).

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*: nascimento da prisão. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. 277p.

GIORGI, Alvaro. *Phenomenology and the Philosophy of the Social Sciences*. [*s.l.*]: Routledge, 2009

KANTOROWICZ, Ernst Hartwig. *Os dois corpos do rei*: um estudo sobre teologia política medieval. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 547p.

NEOCLEOUS, Mark. *The Politics of Exclusion*: an introduction to the critique of biopolitics. Cambridge: Polity Press, 2006.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível*: estética e política. São Paulo: EXO experimental org., 34, 2005. 71p.

SOBRE O AUTOR

Murilo Luiz Gentil de Oliveira
Mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável; Especialista em Práticas Pedagógicas e Educação Profissional; Especialista em Docência do Ensino Religioso; Bacharel em Biblioteconomia; Licenciado em História. *E-mail*: murilogentil@gmail.com.